

PENSAR: PÓS-CÚPULA DO G20

G20 ou G-Zero?



» GUNTHER RUDZIT
Doutor em ciência política,
professor de relações
internacionais da ESPM e professor
convidado da Universidade da
Força Aérea (Unifa)

an Bremmer lançou em 2012 um livro que fez uma séria provocação intelectual e política. O título é *Every nation for itself, winners and losers in a G-Zero world* (Cada nação por si mesma, vencedores e perdedores em um mundo G-Zero, em tradução direta). O argumento do criador da maior empresa de análise de risco, a Eurasia Group, defende fundamentalmente que estávamos vivendo em um vácuo de poder no mundo, já que nenhum país, ou grupo de países, conseguiu influenciar nas reformas da ordem internacional nem na agenda global.

Segundo Bremmer, os Estados Unidos conseguiram uma nova ordem após o fim da Segunda Guerra, já que eram a verdadeira potência hegemônica. Os grupos de países que mudaram a ordem foram os vencedores da Primeira Guerra e o G7, ao fim da Guerra Fria. Com a crise de 2008-2009, surgiu o G20, que conseguiu diminuir os impactos financeiros globais, mas, após esse início promissor, já indicava que seria muito difícil conseguir consensos para a resolução dos problemas globais. As diferenças de valores entre as democracias de mercado e a ascensão da China de capitalismo de Estado faziam com que concordâncias se tornassem cada vez mais difíceis.

Alguns mais desavisados diriam que a declaração final do G20 no Rio de Janeiro seria a prova contrária da hipótese do G-Zero, já que, nas duas últimas cúpulas, não se obteve um documento final. Mas, em uma análise um pouco

mais sensata, é possível entender que houve uma conjuntura muito específica. Em grande parte, a obtenção da declaração final foi pela atuação profissional dos diplomatas brasileiros.

Durante o século 20 e até meados dos anos 2010, o Itamaraty foi percebido pelos outros governos, e até mesmo por Henry Kissinger, como um dos corpos diplomáticos mais profissionais do mundo. A capacidade de diálogo com diferentes atores, desde os lados opostos na Guerra Fria, como entre desenvolvidos e em desenvolvimento no Pós-Guerra Fria, levou o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a ser um bom construtor de consensos.

Mas isso se deve também ao fato de que o Brasil não foi e não é uma grande potência, fazendo com que seus interesses dificilmente entrassem em choque com os das grandes potências. Portanto, isso não fez do Brasil um global player, mas, sim, um interlocutor global.

Essa capacidade também foi facilitada pela estratégia adotada — ou seja, evitar os temas que já se sabia que não se conseguiria consensos. Foi justamente o oposto disso que levou a não se ter declarações finais na Indonésia e Índia, já que estes governos tentaram tratar dos temas mais prementes, como a guerra entre Rússia e Ucrânia. Com a conjuntura da divisão política internacional, em especial dentro do G20, nos blocos Ocidente e autocráticos, o resultado somente poderia ser esse.

Com a centralidade dos esforços no tema da fome, não se poderia ter uma oposição à proposta, como tanto foi discutido nos meios de comunicação. Mas um outro fator foi importante, a volta do ex-presidente Donald Trump ao poder em janeiro de 2025.

O multilateralismo não é visto por Trump como o meio adequado para conseguir atingir os interesses americanos. Para ele, somente

utilizando o peso econômico e militar dos Estados Unidos é que ele conseguiria, e buscará novamente, defender o “America first”. Durante o seu primeiro mandato, Trump procurou enfraquecer o multilateralismo, saindo do Tratado Transpacífico, do Tratado de Paris, da Organização Mundial da Saúde, não indicando juízes americanos para a Organização Mundial do Comércio e fazendo discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas criticando expressamente a ONU e defendendo o nacionalismo. Até mesmo os aliados europeus sofreram com sua ameaça de retirar os Estados Unidos da Otan, a base da política externa americana desde 1949.

Portanto, uma nova administração Trump indica que será um desafio para todos os outros governos, inimigos ou amigos. Por isso, houve um certo acordo para que a declaração final reforçasse o multilateralismo, uma ação prévia para indicar a disposição dos outros governos em não aceitar um unilateralismo. É importante entender isso até mesmo para uma das maiores reivindicações do Brasil, a reforma dos órgãos multilaterais.

O Brasil defende a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo como argumento que sua composição não representa a realidade do mundo de hoje, e, por isso, está perdendo legitimidade. A defesa é do G20 como sendo um fórum mais democrático.

Mas o grupo é justamente o oposto disso, sua composição é pura política de poder. Somente as maiores economias do mundo têm voz, os convidados, como a União Africana ou outros governos, são somente isso: convidados escolhidos pelo governo anfitrião que não necessariamente participarão da próxima reunião. Por isso mesmo, consensos são raros e continuarão, ainda mais com a volta de Trump ao governo da maior potência global, reforçando a realidade de um mundo G-Zero.

Brasil e China em nova era de cooperação estratégica



» THOMAS LAW
Presidente do Instituto Socio
Cultural Brasil China (Ibrachina) e
do Instituto Brasileiro de Ciências
Jurídicas (IBCJ), advogado, doutor
em direito comercial (PUC-SP)

Em 2024, as celebrações dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China destacam o fortalecimento contínuo da parceria estratégica entre as duas nações, consolidada como uma das mais relevantes no cenário internacional. Um exemplo emblemático dessa cooperação é o Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), firmado em 1988 para o desenvolvimento conjunto de satélites de observação terrestre.

Desde então, o programa, que completou 36 anos em 2024, resultou na criação de seis satélites: CBERS-1 (1999), CBERS-2 (2003), CBERS-2B (2007), CBERS-3 (2013), CBERS-4 (2014) e CBERS-4A (2019). Esses equipamentos compõem um sistema completo de sensoriamento remoto, gerando imagens para aplicações em controle ambiental, agricultura, planejamento urbano e monitoramento de áreas terrestres. O mais recente avanço foi o acordo para o desenvolvimento do CBERS-6, uma nova geração de satélites equipada com tecnologia 100% brasileira, como a Plataforma Multimissão (PMM), e um radar de abertura sintética chinês. Esse novo satélite ampliará a coleta de dados, inclusive em condições meteorológicas adversas, essenciais para regiões como a Amazônia, onde a cobertura de nuvens pode durar até seis meses por ano.

Além do avanço tecnológico, a recente assinatura de 37 novos acordos bilaterais pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping, durante o G20 no Rio de Janeiro, reflete o compromisso mútuo em áreas estratégicas, como economia, tecnologia, infraestrutura e cultura. Esses acordos fortalecem o papel do Brasil como principal parceiro da China na América Latina e projetam um futuro de cooperação mais diversificado e benéfico para ambos os países. Essa nova etapa, pautada pela proposta de uma “Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável”, posiciona as duas nações como líderes na solução de desafios globais.

Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, com um volume de comércio bilateral de US\$ 136,3 bilhões entre janeiro e outubro de 2024, segundo dados divulgados pelo governo brasileiro. Em 2023, o comércio atingiu um recorde histórico de US\$ 157 bilhões, impulsionado principalmente por exportações de commodities, como soja, minério de ferro e carne. Contudo, para além das commodities, os novos acordos bilaterais priorizam a diversificação, com destaque para setores como biotecnologia, energias renováveis e tecnologia agrícola. O compromisso da China com a neutralidade de carbono até 2060 converge com o Plano de Transformação Ecológica do Brasil, abrindo caminhos para soluções sustentáveis e inovadoras.

Investidora significativa no Brasil, a China destinou mais de US\$ 66 bilhões ao país desde 2007, com foco em infraestrutura, energia renovável e telecomunicações. Projetos recentes, como a modernização de portos e ferrovias, ilustram o impacto transformador dessa parceria na competitividade brasileira. No campo tecnológico, a expertise chinesa em áreas como 5G, inteligência artificial e mobilidade elétrica é uma oportunidade para o Brasil superar suas deficiências estruturais. Empresas como a BYD, referência em veículos elétricos e produção de painéis solares, exemplificam essa integração.

A dimensão cultural também desempenha um papel fundamental. Em 2024, o Instituto Socio-cultural Brasil-China (Ibrachina) promoveu eventos celebrando os 50 anos de relações diplomáticas, com iniciativas como cursos de mandarim, intercâmbios culturais e parcerias acadêmicas. Essa cooperação cultural será ampliada em 2026, com o Ano Cultural Brasil-China, reforçando os laços entre duas nações reconhecidas por sua diversidade e criatividade.

Por outro lado, desafios persistem. O Brasil precisa equilibrar a expansão agrícola com práticas ambientais mais sustentáveis, atendendo às exigências globais. As tensões geopolíticas, como a disputa comercial entre China e Estados Unidos, demandam uma diplomacia assertiva para proteger os interesses brasileiros. A realização do G20 em 2024 e da COP30 no Pará, em 2025 é uma oportunidade para ambos os países liderarem discussões sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, fortalecendo o papel central dessa parceria.

As relações Brasil-China vivem um momento de fortalecimento sem precedentes, mas o potencial para o futuro é ainda maior. Baseada no respeito mútuo e na busca por soluções globais, essa parceria tem o poder de transformar não apenas as economias, mas também as sociedades de ambos os países. Instituições como o Ibrachina continuarão a ser pilares na construção dessa ponte cultural e estratégica, fomentando uma colaboração que transcenda fronteiras e gerações.



Inclusão social e habitação no Brasil pelo panorama do G20 Social



» CARMEN SILVA
Urbanista social, líder do
Movimento dos Sem Teto do Centro
(MSTC), fundadora da Ocupação
9 de julho. Foi secretária no
Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

Evento inédito, sediado no Brasil, que colocou a redução das desigualdades no centro das discussões internacionais, o G20 Social representou uma oportunidade para o país, especialmente no que se refere ao avanço das políticas públicas de habitação e inclusão social. Em um país com um dos maiores déficits habitacionais do mundo, a participação de agentes nacionais e internacionais em discussões desse fórum e a visibilidade sobre o assunto podem resultar em avanços significativos.

Hoje cerca de 11 milhões de brasileiros vivem em condições inadequadas de moradia e o déficit habitacional formal é de aproximadamente 7 milhões de unidades, segundo o último levantamento do IBGE. Esse cenário reflete a desigualdade estrutural que o país ainda enfrenta, com grande parte da população mais vulnerável residindo em áreas periféricas, onde a falta de acesso a serviços básicos são problemas persistentes. Ao abraçar discussões sobre esse tema, o G20 Social permitiu que o país dialogasse com outras nações que enfrentam desafios semelhantes, abrindo espaço para ações conjuntas.

Sediar e participar do G20 Social permitiu ao Brasil não apenas debater os próprios problemas, mas também buscar parcerias

internacionais e atrair investimentos para resolver questões estruturais, como a moradia. Como sabemos, o déficit habitacional no Brasil é um problema crônico, cujas soluções exigem não só vontade política, mas também uma colaboração eficaz entre o setor público, o setor privado e organizações internacionais.

Programas como o Minha Casa, Minha Vida demonstraram que é possível implementar políticas habitacionais em grande escala, mas também deixaram claro que o modelo precisa ser aprimorado, especialmente no que se refere à integração urbana. Muitas moradias foram construídas distantes dos centros urbanos e sem infraestrutura necessária (transporte público, escolas, hospitais, comércio), dificultando oportunidades de emprego para esses moradores.

Ainda, com as mudanças de governantes, o Minha Casa, Minha Vida passou por discontinuidades e alterações nas suas diretrizes, o que afetou a sua eficácia e a confiança da população no programa. A modificação das faixas de financiamento e a diminuição de recursos em determinados períodos resultaram em uma desaceleração. Em um dos painéis do G20 Social, pautei esse tema junto ao Ministério das Cidades, da Caixa Econômica e dos movimentos sociais, pois é de extrema importância que tenhamos continuidade no programa assegurado por lei.

Em termos de mobilização de recursos, uma das conquistas concretas oferecidas pelo G20 Social foi o acesso a fundos internacionais destinados ao financiamento de projetos de infraestrutura urbana que respeitam os princípios da sustentabilidade. Exemplo disso foi o acordo do Banco do Brasil com o banco de

desenvolvimento alemão KfW e o italiano CDP, em R\$ 4 bilhões.

Agora, o Brasil precisa usar sua participação e protagonismo para alinhar a agenda interna com os compromissos globais assumidos no encontro. A pressão internacional exercida pelo evento também pode ser um catalisador para a transformação interna, impulsionando reformas legislativas que favoreçam o desenvolvimento de moradias de qualidade e a redução das desigualdades. A cooperação entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil será essencial para garantir que as políticas habitacionais sejam realmente eficazes e atinjam as populações mais vulneráveis.

O Brasil precisa garantir que os projetos habitacionais não sejam apenas iniciativas de construção de moradias, mas que também incluam medidas para a melhoria das condições de vida e a promoção de direitos básicos. Ao protagonizar um fórum global que discute questões cruciais, como a desigualdade e o desenvolvimento urbano, o país tem a chance de atrair investimentos, aprender com outras nações e adaptar as boas práticas ao seu contexto local.

No entanto, o sucesso dependerá da capacidade do país de transformar o debate internacional em políticas públicas concretas, que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades. Para que o Brasil aproveite plenamente os benefícios do G20 Social, será necessário um compromisso firme com a implementação de soluções locais adaptadas às realidades regionais, sempre com foco na qualidade de vida e na dignidade das populações mais vulneráveis.